

O Brasil da Transição Energética Precisa de Energia Competitiva

Carta aberta aos candidatos à Presidência da República: Um chamado à construção de uma Agenda Nacional de Competitividade Energética

O Brasil vive hoje um paradoxo. Possui uma das matrizes elétricas mais limpas do mundo e reúne condições únicas para liderar a transição energética, a reindustrialização verde e a economia digital. No entanto, empresas e investidores convivem com um ambiente de crescente instabilidade regulatória, aumento de custos e perda de competitividade da energia elétrica. Se essa trajetória não for revertida, o País corre o risco perder uma oportunidade histórica ao desperdiçar sua maior vantagem comparativa justamente quando o mundo disputa investimentos intensivos em energia.

As entidades signatárias desta carta aberta dirigem-se aos candidatos à Presidência da República, às lideranças políticas, aos formuladores de políticas públicas e à sociedade brasileira para registrar, com urgência, uma preocupação que se tornou inadiável: **a ascendente e imprevisível trajetória dos custos da energia elétrica no Brasil e seus impactos sobre a competitividade nacional e o desenvolvimento industrial.**

Sem energia competitiva, o Brasil não apenas perde a oportunidade de atrair novos investimentos da economia de baixo carbono, como também compromete a competitividade da indústria já instalada. O aumento contínuo dos custos da energia reduz margens, desestimula investimentos produtivos, acelera processos de desindustrialização, amplia o risco de deslocamento da produção para países com energia mais competitiva e dificulta a transformação das vantagens comparativas brasileiras em vantagens competitivas. Mais do que preços elevados, investidores demandam previsibilidade para decisões de investimento de longo prazo.

Nos últimos anos, consumidores industriais, comerciais e grandes investidores passaram a conviver com um ambiente de crescente **complexidade regulatória, elevada volatilidade de preços e expansão contínua dos encargos setoriais** que compõem a conta de energia elétrica. Os dados disponíveis revelam uma pressão relevante. Entre 2024 e 2026, os contratos trimestrais do mercado livre subiram 121%, de R\$ 143/MWh para R\$ 317/MWh, um movimento muitas vezes superior à inflação acumulada do período (12% no IPCA). Em janeiro de 2026, picos já romperam a marca de R\$ 300/MWh no subsistema Sudeste. Para o restante do ano, projeções indicam médias entre R\$ 250 e R\$ 450/MWh; em um cenário

extremo, de período com chuvas muito abaixo do esperado, o preço poderia escalar até a faixa de R\$ 1.000/MWh, nível de acionamento intenso de térmicas.

Enquanto, em 2023, oscilações da ordem de R\$ 60 a R\$ 70/MWh eram comuns no mercado livre de energia, em 2026 passaram a ser observadas variações superiores a R\$ 200/MWh em curtos intervalos de tempo, dificultando o planejamento financeiro dos consumidores eletrointensivos e ampliando a percepção de risco para novos investimentos.

No mercado de curto prazo (“spot”), os dados horários de Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) reforçam que o desafio não é apenas ampliar a oferta de energia, mas também adequar o sistema ao perfil temporal da oferta e da demanda. Entre 2023 e 2026, a diferença média entre o PLD do período solar, entre 10h e 15h, e o da ponta, entre 17h e 21h, aumentou significativamente. Hoje, o preço médio da ponta se encontra mais que o dobro do observado no período diurno; no Nordeste, alcançou 2,24 vezes o valor médio entre 10h e 15h. Esse descolamento evidencia a necessidade de aprimorar os sinais econômicos horários e os mecanismos que valorizem, de forma competitiva, energia, potência, flexibilidade e capacidade de resposta do sistema.

Embora os custos tecnológicos associados à geração renovável tenham caído, a conta final paga pelos consumidores segue pressionada por uma multiplicidade de subsídios, encargos e mecanismos de socialização de custos que se acumulam ao longo do tempo. **O ponto não é contrapor competitividade às políticas sociais, de universalização ou de transição energética, mas assegurar que seus objetivos, beneficiários, custos, fontes de custeio e resultados sejam transparentes, avaliados periodicamente e compatíveis com a competitividade da economia brasileira.**

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), principal mecanismo de financiamento de políticas públicas e subsídios do setor elétrico, ilustra esse movimento. Entre 2022 e 2026, seus custos cresceram aproximadamente 129%, **passando de cerca de R\$ 23 bilhões para mais de R\$ 52 bilhões anuais**, transformando-se em um dos principais fatores de pressão sobre as tarifas de energia elétrica. O Congresso já reagiu a esse movimento ao aprovar, em 2025, um teto de crescimento para a CDE. Foi um passo na direção correta, mas que não resolve o problema acumulado, uma vez que parte de uma base já elevada.

Além da CDE, novos encargos e obrigações associados à segurança e à operação do sistema, inclusive aqueles vinculados à reserva de capacidade e aos serviços

de sistema, precisam ser estruturados com transparência sobre objetivos, metodologia, beneficiários, critérios de rateio e impactos tarifários. O ERCAP, o encargo responsável por custear os serviços de reserva de capacidade, por exemplo, hoje com custo anual na casa do R\$ 5,9bi, deve saltar para quase R\$ 48bi na próxima década. A expansão desses custos, sem avaliação integrada, amplia a complexidade regulatória e eleva o custo total de suprimento para consumidores e investidores.

Ao mesmo tempo, o **setor elétrico enfrenta desafios estruturais** decorrentes da expansão acelerada da geração renovável variável, especialmente da geração distribuída; da necessidade de ampliação e planejamento da infraestrutura de transmissão e dos instrumentos de acesso; dos impactos e incertezas associados ao curtailment; e da crescente necessidade de flexibilidade operativa. Em determinados períodos e regiões, a energia renovável disponível encontra limitações de escoamento ou absorção, enquanto, em outros, o sistema demanda potência e recursos de flexibilidade.

O fenômeno do curtailment é o símbolo mais visível dessa contradição. Em 2025, o Brasil deixou de aproveitar quase 20% de toda a energia eólica e solar disponível no ano. O prejuízo acumulado chegou a R\$ 6 bilhões e o impacto financeiro triplicou nos primeiros meses de 2026, em relação ao mesmo período de 2025. O fato de o Brasil desperdiçar parcela relevante de sua geração renovável ao mesmo tempo em que enfrenta elevação de preços revela que o desafio deixou de ser produzir mais energia e passou a ser organizar melhor o funcionamento do sistema elétrico. A expansão da geração renovável deve ser acompanhada por investimentos proporcionais em transmissão, armazenamento, flexibilidade e planejamento sistêmico, além de regras operativas transparentes, resposta da demanda e mecanismos competitivos de remuneração de potência e flexibilidade.

A esses fatores soma-se a crescente judicialização de questões regulatórias, que amplia a percepção de risco, reduz a previsibilidade dos investimentos e aumenta os custos de transação para todos os agentes do setor.

Todos esses desafios são legítimos e inerentes a um processo de transformação energética acelerada em curso. Contudo, exigem respostas que combinem planejamento indicativo de longo prazo, competição, sinais de mercado, políticas públicas bem focalizadas e coordenação entre geração, rede, demanda, armazenamento e flexibilidade.

A energia elétrica deixou de ser apenas um insumo produtivo. Ela tornou-se o principal fator de competitividade de diversos setores estratégicos da economia moderna e a determinar a localização dos investimentos globais. A nova indústria de hidrogênio de baixo carbono; os data centers voltados à inteligência artificial, computação em nuvem e infraestrutura digital; a modernização e eletrificação do parque industrial e sua expansão e recuperação da capacidade ociosa; a mineração sustentável; a produção de fertilizantes verdes; a indústria química; a eletromobilidade e diversas outras cadeias produtivas dependem de acesso à energia renovável, abundante, confiável e economicamente competitiva. Os números mostram a escala da oportunidade: pedidos de conexão à rede básica para projetos de data centers e produção de hidrogênio de baixo carbono já somam mais de 54 GW, evidenciando a magnitude da nova demanda potencial por acesso à rede e planejamento de infraestrutura elétrica. Atender esse volume com suprimento renovável em escala, custo competitivo e confiabilidade é também o que torna o Brasil um destino natural para essas cadeias produtivas.

O mundo vive uma corrida global pela atração desses investimentos. Países concorrentes têm adotado políticas voltadas não apenas à expansão da oferta de energia renovável, mas também à redução de custos sistêmicos, ao aperfeiçoamento dos sinais de preço, à flexibilidade do sistema, à estabilidade regulatória e à previsibilidade para investidores. Enquanto isso, o Brasil corre o risco de desperdiçar uma de suas maiores vantagens comparativas naturais. O marco regulatório do setor elétrico deve permitir que essa vantagem comparativa seja efetivamente convertida em vantagem competitiva.

Nesse contexto, as entidades signatárias defendem a construção de uma **Agenda Nacional de Competitividade Energética**, a ser coordenada pelo Poder Executivo, em articulação com o Congresso Nacional, as agências reguladoras, o setor produtivo, a comunidade científica e a sociedade civil. Essa agenda deve fortalecer o setor elétrico, impulsionar o desenvolvimento econômico e oferecer uma visão de longo prazo para o Sistema Interligado Nacional.

Essa agenda deve contemplar:

- Disciplina, transparência e racionalização dos encargos setoriais, subsídios e demais componentes do custo total de suprimento, com identificação de objetivos, beneficiários, fontes de custeio e impactos sobre a competitividade;

- Revisão periódica dos subsídios existentes, preservando objetivos sociais, de universalização e de transição energética, com critérios de eficiência econômica, transparência e avaliação de resultados;
- Aperfeiçoamento da formação de preços e dos mecanismos de contratação, com sinais horários, contratos de curto, médio e longo prazo, resposta da demanda e mecanismos competitivos para energia, potência, flexibilidade e serviços de sistema. Aqui, é fundamental que novas políticas deem o devido sinal de preço aos agentes elétricos, estimulando ou desestimulando consumo de acordo com as condicionantes de oferta de nossa matriz, o que passa pela revisão de encargos e do modelo do PLD;
- Planejamento energético integrado e indicativo de longo prazo, capaz de orientar a visão de futuro para o Sistema Interligado Nacional, a formulação de políticas públicas e as decisões de investimento, considerando competitividade, segurança energética, confiabilidade, descarbonização e grandes cargas eletrointensivas e flexíveis;
- Expansão e modernização da infraestrutura de transmissão e das soluções de integração do sistema, incluindo armazenamento, flexibilidade, gestão de congestionamentos e acesso à rede, de modo a reduzir restrições de geração e viabilizar o suprimento renovável em escala;
- Estímulo à expansão do consumo, ajudando a diluir os custos de infraestrutura e encargos, oferecendo mercado aos produtores, com a produção de produtos verdes e competitivos para o mundo, agregando dinamismo à economia brasileira, empregos de qualidade e recursos para o equilíbrio fiscal e políticas públicas;
- Fortalecimento da segurança jurídica, da previsibilidade regulatória e da governança setorial para investidores e consumidores;
- Coordenação permanente entre política energética, política industrial e política climática.

O Brasil reúne condições únicas para liderar simultaneamente a transição energética e a reindustrialização verde. **Entretanto, essa liderança não será alcançada apenas pela disponibilidade de recursos naturais nem por subsídios permanentes.** Será indispensável assegurar regras transparentes, instrumentos competitivos, planejamento de longo prazo e energia renovável em condições de custo, confiabilidade e previsibilidade compatíveis com os investimentos

produtivos. **Esta não é uma preocupação restrita ao setor elétrico. Trata-se de uma agenda de desenvolvimento nacional.**

Se a trajetória de aumento de custos, encargos e volatilidade permanecer sem enfrentamento estrutural, o Brasil corre o risco não apenas de deixar de atrair novos empreendimentos intensivos em energia e tecnologia, mas também de acelerar um processo gradual de desindustrialização, com perda de produção, empregos qualificados, arrecadação e inovação. Esse risco compromete a capacidade de transformar a transição energética em crescimento econômico, cadeias produtivas mais competitivas e uma economia de baixo carbono.

Por essa razão, conclamamos os candidatos à Presidência da República e as lideranças nacionais a tratarem a competitividade energética como prioridade permanente e a assumirem o compromisso de construir, desde já, uma Agenda Nacional de Competitividade Energética, sob coordenação do Poder Executivo e com ampla articulação institucional.

A transição energética brasileira será mais forte, mais inclusiva e mais sustentável se estiver acompanhada de políticas capazes de garantir energia renovável, segura, previsível e competitiva para todos os setores da economia.

A próxima década não será definida pelos países que produzirem mais energia renovável, mas por aqueles capazes de transformá-la em desenvolvimento econômico. O Brasil reúne todas as condições para liderar esse movimento. Não pode desperdiçar essa oportunidade.